

Resumo dos jornais de domingo (30/05/2021)

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Edição – Chico Bruno Manchetes FOLHA DE S.PAULO – Milhares saem às ruas contra Bolsonaro pelo país. CORREIO BRAZILIENSE – GDF acerta detalhes para vacinação geral por idade ESTADO DE S.PAULO – Cidades turísticas se reinventam para atrair o home office O GLOBO – PIB reaquece, e empresas desengavetam R\$ 164 bilhões em projetos

Resumo de manchetes A manchete da Folha destaca que os protestos contra o presidente Jair Bolsonaro reuniram milhares de manifestantes em várias cidades do país neste sábado (29). Houve atos em todas as 27 capitais brasileiras, com grandes concentrações em São Paulo e no Rio de Janeiro. Liderados por centrais sindicais, movimentos sociais e partidos de esquerda, as manifestações foram alvo de críticas por acontecerem presencialmente em meio à pandemia da Covid-19, num momento em que o país ultrapassa 450 mil mortes pela doença –e cerca de 2.000 em 24 horas. Pelo menos nove capitais, além do Distrito Federal, têm ocupação acima de 90% dos leitos de UTI. A recomendação para a utilização de máscaras teve ampla adesão de manifestantes, mas houve aglomerações em diversos locais, em descumprimento às regras de distanciamento social sugeridas por especialistas para conter a disseminação da Covid-19. No Recife, a manifestação foi encerrada com bombas de gás lacrimogênio, tiros de balas de borracha e correria, após ação da tropa de choque da Polícia Militar. Os organizadores dizem que houve atos em ao menos 213 cidades do Brasil e 14 do exterior, com cerca de 420 mil pessoas. Num dia em que foi alvo de protestos, o presidente Jair Bolsonaro postou no Twitter uma foto segurando uma camiseta com a mensagem “imorrível, imbroxável e incomível”. A publicação foi compartilhada por apoiadores, como o Movimento Brasil Forte e Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares. O Globo anuncia em sua manchete que após retração histórica de 2020 provocada pela pandemia, a economia brasileira dá sinais de melhores que o esperado neste ano, levando à revisão de projeções de crescimento e à retomada de projetos pelas empresas. Já foram anunciados R\$ 164,5 bilhões em investimentos este ano, mapeou o Bradesco. O movimento é mais forte nos setores exportadores ou menos afetados pela crise, como agronegócio, comércio eletrônico, energia e concessão de infraestrutura. A manchete do Correio mostra que o governador Ibaneis Rocha afirmou que a ampliação da campanha de imunização contra a covid-19 será discutida amanhã em reunião com a equipe da Secretaria de Saúde. No encontro, deve ser definido o cronograma das próximas etapas da vacinação. “O que vamos fazer agora, com a diminuição da procura pelas vacinas, é abrir exatamente para aquelas escalas que vêm desde os 59 anos até chegar aos 18”, explicou Ibaneis. No Distrito Federal, hoje, estão sendo vacinados moradores com 60 anos ou mais, pessoas com comorbidades ou com deficiência permanente, gestantes e puérperas. Nessa fila, também, estão integrantes de grupos prioritários, como profissionais da Saúde, da Educação e da Segurança Pública. A manchete do Estadão revela que com a pandemia, pessoas com maior poder aquisitivo têm voltado a atenção às cidades turísticas não apenas como locais de lazer e descanso, mas também de trabalho. Prefeituras, empresas de telefonia e aplicativos de delivery investem para atrair um novo tipo de turista: os profissionais digitais. É assim em Ilhabela (SP), Campos do Jordão (SP), Alto Paraíso de Goiás (GO), Porto Seguro e Camaçari (na Bahia) – municípios com alto potencial turístico e, ao mesmo tempo, próximos de grandes centros. Em Ilhabela, a Vivo levou um cabo submarino do continente até a cidade, antes servida só com ondas de rádio. Em Búzios (RJ), a base da Oi cresceu 50% em 12 meses. Em Campos do Jordão, a busca por imóveis vive um “boom”. O preço do metro quadrado subiu de R\$ 3,5 mil para R\$ 5 mil. Notícia do dia: Alvo de inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal) que envolve suspeitas sobre a movimentação financeira do escritório de advocacia do qual é sócio, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, enfrenta na Justiça de São Paulo uma devassa em suas contas e em seu patrimônio. À espera de informações bancárias de todos os envolvidos para dar andamento à apuração que busca esclarecer

indícios de enriquecimento ilícito de Salles, investigação Pública no Ministério paulista que a frente aberta pela Polícia Federal no inquérito do STF, ainda que relativa a outros fatos, ajudará a impulsionar o caso. Por determinação da Justiça de São Paulo, o ministro do Meio Ambiente, a mãe dele, Diva Carvalho de Aquino, e o escritório de advocacia tiveram os sigilos bancário e fiscal quebrados. Ao Supremo a PF apontou operações financeiras suspeitas de Salles a partir do mesmo escritório durante o período em que exerce o cargo de ministro do Meio Ambiente no governo de Jair Bolsonaro. As operações ocorrem em meio à suposta prática de crimes na exportação de madeira ilegal. Notícias de 1ª página Presidente diz a Exército que não quer punição a Pazuello – O presidente Jair Bolsonaro disse ao comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que não quer ver o ex-ministro Eduardo Pazuello (Saúde) punido por participar de um ato em favor do presidente no Rio de Janeiro domingo passado (23). A sinalização foi dada ao comandante durante a viagem de ambos a São Gabriel da Cachoeira (AM), onde Bolsonaro foi inaugurar uma ponte de menos de 20 metros e fazer uma visita de dois dias a partir de quinta (27). Pazuello é um general da ativa, no topo da carreira de intendente (responsável pela logística militar) com três estrelas. Paulo Sérgio é seu superior, e o pedido de Bolsonaro acirra a já grave crise entre o Planalto e a Força da qual o presidente saiu praticamente expulso como capitão em 1988. Na viagem ao Amazonas estavam presentes o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, e o chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos. Ambos são generais de quatro estrelas, cume da hierarquia, da reserva do Exército. Com Braga Netto, Defesa se aproxima da política e incomoda os jovens – O general da reserva Walter Braga Netto, 66, sempre foi discreto, se mantinha longe de holofotes e demonstrava desconforto diante das câmeras, por vezes devolvendo respostas ríspidas a perguntas de jornalistas. Em março, quando trocou a Casa Civil do governo Jair Bolsonaro pelo Ministério da Defesa, mudou de postura e aproximou a pasta da política. Além de acompanhar atividades extraoficiais do presidente, passou a fazer discursos a militantes. O general, que em abril do ano passado chegou a mandar uma jornalista estudar após ela perguntar sobre a demora no pagamento do auxílio emergencial, agora concede entrevista a uma youtuber de 11 anos. O novo comportamento surpreendeu ex-ministros de governos anteriores que conviveram com ele e, nos bastidores, tem despertado uma divergência geracional sobre como integrantes das Forças Armadas enxergam a proximidade entre militares e política, tema que voltou a ganhar destaque por causa da participação de Eduardo Pazuello, um general da ativa, em um ato político ao lado de Bolsonaro. Um oficial que trabalha com Bolsonaro diz que, entre os militares mais jovens, a proximidade do ministro da Defesa com a política gera desconforto. Sob a condição de anonimato, ele afirma que as gerações mais novas, que não viveram o período da ditadura militar (1964-1985), não se identificam com aquele período e temem que essa postura mais política do ministro da Defesa traga de volta o desgaste provocado à imagem das Forças Armadas pelo regime de exceção. Um general que também está no governo, porém, tem outra percepção. Para ele, que também impôs o anonimato como condição para falar com a Folha, o cargo de ministro da Defesa é político, e o comportamento do atual ocupante do posto não deve apavorar ninguém, pois está dentro dos limites. Para este militar, que hoje está na reserva, Braga Netto chama para si o discurso político para preservar os comandantes das Forças Armadas depois da crise de março. Um outro militar vê que, diante da maneira como chegou ao posto, o general precisa se legitimar e, por isso, passou a aparecer mais.

56% apoiam mais imposto para reduzir a desigualdade – Em meio a novo pico de pobreza e pressão para ampliar programas de renda, pesquisa inédita do Datafolha para a Oxfam Brasil revela que a maioria dos brasileiros hoje é favorável a aumentar a tributação para financiar políticas sociais. O apoio mais que dobrou desde 2017, saltando de 24% dos brasileiros para 56%. Nove em cada dez acham que reduzir a desigualdade deveria ser a prioridade do governo; e a maioria (68%) acredita que atacar a questão é fundamental para o desenvolvimento. Com a taxa de pobreza no Brasil no maior patamar em cerca de 15 anos devido à pandemia da Covid-19, o Congresso vem pressionando o governo Jair Bolsonaro (sem partido) a encontrar fontes para financiar um programa de distribuição de renda mais robusto; ou reforçar o Bolsa Família. O próprio presidente tem interesse, pois sua popularidade vem acompanhando de perto, desde 2020, o pagamento do auxílio emergencial. Quanto maior o benefício, mais brasileiros o aprovam. No ano passado, o governo chegou a ensaiar a criação do Renda Brasil, que unificaria vários programas sociais. Mas Bolsonaro enterrou o assunto dizendo que não tiraria dinheiro “dos pobres para dar aos paupérrimos” —pois o programa eliminaria alguns benefícios para assalariados formais de menor renda. A taxa de pobreza no Brasil, considerando quem vive com menos de R\$ 246 ao mês (R\$ 8 ao dia), subiu de 11% em 2019 para 16% no primeiro trimestre deste ano. Os brasileiros na miséria passaram de 24 milhões para 35 milhões, segundo dados da FGV Social. Testado em 2002, voto impresso provocou fila e

confusão – Brasileira do presidente Jair Bolsonaro e de aliados do voto impresso foi testado em 2002 e, em vez do aumento da segurança, transparência e confiabilidade, o diagnóstico foi em sentido oposto: as eleições nessas localidades se tornaram mais inseguras, confusas e passíveis de fraude. Ao todo, a Justiça Eleitoral acoplou naquele ano 23 mil impressoras às urnas eletrônicas de Sergipe, do Distrito Federal e de cidades próximas às capitais, em um total de 150 municípios. Seis por cento dos eleitores brasileiros passaram, na ocasião, pela experiência de escolher seus candidatos na urna eletrônica, tendo ao lado um mecanismo em que podiam conferir visualmente a impressão do voto para, após isso e sem contato manual, o papel ser automaticamente depositado em um local lacrado. O teste foi feito devido a uma lei aprovada pelo Congresso instituindo a impressão do voto eletrônico (não confundir com as cédulas de papel usadas em todo o país até o início dos anos 1990) a partir do pleito de 2004. A análise do relatório divulgado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), das duas ações de inconstitucionalidade analisadas pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e dos documentos anexados ao projeto de lei do Congresso que revogou a medida em 2003 mostra uma lista de episódios e indicadores que contraindicam fortemente a adoção novamente do modelo em 2022. O relatório do TSE resume os problemas encontrados: “A experiência demonstrou vários inconvenientes na utilização do denominado módulo impressor externo. Sua introdução no processo de votação nada agregou em termos de segurança ou transparência. Por outro lado, criou problemas. Nas seções eleitorais com voto impresso foi: a) maior o tamanho das filas; b) maior o número de votos nulos e brancos; c) maior o percentual de urnas com votação por cédula, com todo o risco decorrente desse procedimento; e d) maior o percentual de urnas que apresentaram defeito, além das falhas verificadas apenas no módulo impressor”. De acordo com o documento, no Rio de Janeiro cerca de 60% dos eleitores não conferiram a impressão. Na Bahia, eleitores não conseguiram finalizar a votação. No Distrito Federal, que teve 100% das urnas com impressora de voto, o índice de quebra foi de 5,3%, contra 1,4% do restante do país. “Outro dado que impressiona, e muito preocupa, é o fato de nas seções com voto impresso, 30,2% delas terem utilizado o sistema de voto cantado, enquanto nas seções que utilizaram urna eletrônica, sem voto impresso, o percentual foi de apenas 0,68%”, diz o relatório. A referência é ao modelo em que há utilização de cédulas devido a problema na urna. Depois, esses votos são “cantados” para registro em um programa da urna eletrônica. Após um mês, CPI da Covid tenta consolidar provas – Após completar um mês de funcionamento, com polêmicas, brigas e depoimentos considerados essenciais pelos senadores, a cúpula da CPI da Covid no Senado quer iniciar uma segunda fase dos trabalhos da comissão com o objetivo de materializar provas. As equipes dos senadores se debruçariam neste fim de semana sobre os documentos que chegaram à comissão com foco para encontrar evidências de negligência do governo Jair Bolsonaro na compra de vacinas e da atuação na defesa da cloroquina como política pública. Há também a tentativa de provar a existência de um gabinete paralelo ao Ministério da Saúde na formulação de ações de combate à pandemia que não são recomendadas pela ciência. Em outra frente, os senadores aliados do governo, que são minoria, buscam furar o grupo majoritário da CPI explorando divergências entre seus integrantes. A CPI foi instalada em 27 de abril e representou uma derrota para Bolsonaro (sem partido). Tem o prazo de 90 dias, podendo ser prorrogada. De lá para cá, foram realizadas 13 sessões da comissão, tomados dez depoimentos e quase 600 documentos recebidos para a análise dos técnicos e dos senadores. Alta do dólar gera exportadores de primeira viagem – “A negociação é simples, os produtos brasileiros estão baratos e as regras são definidas quando a gente faz a venda. Faz sentido dar mais atenção para a exportação”, resume Rafael Matuschka, 29, sócio da fabricante de calçados paulistana Matuschka Mia. A empresa fechou contratos na Europa e nos Estados Unidos durante a pandemia. A calçadista começou a operar em 2017 e tem um modelo semelhante ao de uma startup: apenas dez funcionários, com linha de produção terceirizada e negócios focados no digital. “Vender para o exterior já estava no radar desde o início, mas fomos amadurecendo a ideia”, diz. Com o mercado interno ainda patinando em razão do prolongamento da pandemia do novo coronavírus e o dólar acima dos R\$ 5 há praticamente um ano, as exportações têm se tornado uma alternativa viável para um número cada vez maior de empresas brasileiras. No ano passado, segundo o Ministério da Economia, quase 29 mil delas venderam produtos ao exterior —um recorde da série iniciada em 1997. Desse total, 5.400 exportaram alguma mercadoria nacional pela primeira vez, maior patamar em 15 anos e que corresponde a uma alta de 9,6% em relação ao ano anterior, de acordo com um levantamento exclusivo da Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos). O número de novas empresas exportadoras cresce ano a ano, com uma taxa média anual de 7,3% de 2015 (um dos anos da recessão antes da pandemia) a 2020. Uma delas é a também calçadista Tnin Shoes, do casal Juliana

Lawson e Enthoven). O primeiro negócio foi fechado com o Chile e a empresa já vendeu para Europa e Coreia do Sul. Hoje, eles negociam com um distribuidor nos Estados Unidos para lançar a marca no país. Quadruplica veto a brasileiros no México – O México está cerrando a marcação em seus aeroportos e barrando mais brasileiros que tentam entrar no país. De janeiro a abril deste ano, 1.846 viajantes desta nacionalidade tiveram sua entrada negada em aeroportos mexicanos, ou 2,3% do total dos visitantes. É quatro vezes o número das rejeições no mesmo período em 2020 e, também em 2019, no pré-pandemia. O Brasil é o terceiro país de origem com mais inadmitidos, atrás do Equador e da Colômbia. Autoridades que lidam com o tema e deram entrevista sob condição de anonimato dizem que há subnotificação, já que nem todos os casos são repassados, e que historicamente a proporção é de repatriação de 0,4% do total de turistas brasileiros. Neste ano, apenas em um dia, 8 de abril, foram ao menos 78 inadmitidos, mais do que as ocorrências de todo o mês de março do ano anterior. O alerta sobre o tema foi dado pela Polícia Federal de Minas Gerais, que fez uma nota afirmando ter constatado um “aumento da recusa de entrada de brasileiros pelas autoridades mexicanas nos procedimentos de imigração dos aeroportos”. Segundo o texto, o objetivo do governo mexicano é impedir a entrada de pessoas que queiram atravessar a fronteira terrestre e entrar nos EUA de forma irregular, e as pessoas barradas possuem “alerta migratório” contra elas. O Itamaraty disse que percebeu a tendência de aumento e que o tema é prioritário para a embaixada brasileira. Enquanto esperam pela repatriação dentro do aeroporto, os viajantes reclamam de maus-tratos por parte dos policiais, condições precárias de alojamento e impossibilidade de se comunicar com familiares. Segundo as queixas deles, os mexicanos estão dispensando aos imigrantes o mesmo tratamento discriminatório que muitos de seus cidadãos recebem ao atravessar a fronteira dos Estados Unidos. Sem temporada – A movimentação que os novos turistas digitais trouxeram tem feito o comércio de muitas cidades crescer. “Maio, abril e junho sempre foram os piores meses por aqui, independentemente da pandemia”, conta Edson Campos Carvalho Júnior, dono da rede de supermercados Preço Bom, de Trancoso. “Agora, é só uísque, champanhe, azeite caro e muçarela de búfala. Tivemos até de aumentar o mix de produtos para atender esse novo consumidor, que é mais exigente. E as vendas estão semelhantes às de um período pré-verão”, diz ele, que tem três lojas e abriu uma quarta em Caraíva, na mesma região. “E o movimento nessa nova loja está surpreendendo positivamente.” Lugares mais no coração do Brasil também estão mudando de cara com os “migrantes digitais”. Alto Paraíso de Goiás, na Chapada dos Veadeiros, por exemplo, era para estar bem pacata e vazia nesta época do ano. Desde o início da pandemia, porém, o município ganhou um ritmo diferente, com pessoas novas, conforme observa o brasiliense Mateus Leão, de 29 anos, dono da pousada Capim Canoa. “Nessa época do ano, a cidade estava bem mais vazia. Agora está tudo lotado.” Sua pousada tem quatro “flats” e duas casas de aluguel. Todas ocupadas no momento. Nos restaurantes, que em outras cidades estão tendo muita dificuldade, o cenário é bem mais animador. “Hoje tem até fila de espera”, diz a geógrafa Mariana Pavezzi, moradora de Alto Paraíso de Goiás desde dezembro de 2018. Ela abriu seu restaurante de comida afetiva, o Benzim, no ano passado, após a quarentena. Não esperava que a receptividade fosse tão boa num período difícil como esse de coronavírus. Mas se surpreendeu. “Recebemos novos moradores e o turismo está muito forte, o que tem impulsionado novos estabelecimentos no local, como lojas de artesanato e de equipamentos para caminhada”, conta ela, que dava aulas em Brasília e Goiânia. Outro lugar que está movimentado é Trancoso. O movimento de jatinhos no aeroporto local não para. Executivos e empresários transformaram o balneário em uma espécie de “cidade-escritório”. “Outro dia tinha um professor da Fundação Getúlio Vargas dando entrevista online ao vivo para uma rede de TV nacional, aqui do meu bar, com o mar de cenário”, conta Júnior Fernandes, proprietário do Flyclub Trancoso, uma das barracas de praia mais famosas do destino turístico. Em anos normais, segundo ele, a barraca estaria fechada nos meses de maio e junho, fase de baixa temporada. “Agora, não tem mais isso. Fico aberto direto. É movimento de fim de semana e de segunda à sexta”, relata o comerciante. Ofensivas jurídicas do Planalto fracassam – A ofensiva jurídica do governo Jair Bolsonaro contra críticos tem sofrido seguidos reveses no Ministério Público e em tribunais do País. Usada como estratégia de intimidação a opositores, a iniciativa congestionou o sistema judicial, mas não tem surtido efeito prático. Levantamento feito pelo Estadão mostra que pelo menos dez investigações abertas após pedidos do Ministério da Justiça e até do filho do presidente, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), foram barradas nos últimos meses. Os alvos foram diversos – youtubers, advogados e professores estão na lista. As ações miram desde quem chamou Bolsonaro de “genocida” nas redes sociais a jornalistas que criticaram o presidente em publicações, numa prática que especialistas comparam à perseguição política da ditadura militar. Das dez investigações arquivadas,

quatro são baseadas na Lei de Segurança Nacional (LSN), que prevê prisão de até quatro anos para quem “caluniar ou difamar” o presidente da República. A legislação, cuja redação é de 1983 – um resquício do regime ditatorial do País –, foi revogada pela Câmara dos Deputados no início do mês, mas o Senado ainda precisa avaliar se concorda em anulá-la. Em março, o Estadão mostrou que, sob Bolsonaro, o número de inquéritos abertos pela Polícia Federal com base na Lei de Segurança Nacional aumentou 285% em relação a governos anteriores – foram 77 investigações entre 2019 e 2020. Um dos principais argumentos usados por juízes e procuradores na hora de mandar as investigações pedidas pelo governo para a gaveta é o de que, embora algumas declarações possam ser reprováveis em termos morais (como desejar a morte do presidente, por exemplo), elas não representam crime. Foi assim no caso em que o ex-ministro da Justiça André Mendonça pediu para investigar uma médica que afirmou, em suas redes sociais, que a facada em Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018 foi “mal dada”. Na semana passada, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) mandou parar o inquérito. Na decisão, o desembargador Olindo Menezes afirmou que o comentário era “infeliz”, mas não havia ali qualquer indício de crime contra a democracia. A carreira de Pazuello até virar alvo da CPI – Eduardo Pazuello comandava havia quatro meses o quartel do Depósito Central de Munições do Exército, em Paracambi, a 70 km do Rio, quando viu dois soldados passarem em uma carroça. Julgou que estavam velozes demais, que maltratavam o equino, e quis lhes dar uma lição. Mandou parar, desatrelar o animal, e determinou que o recruta Carlos Vítor de Souza Chagas, um jovem negro e evangélico de 19 anos, substituísse o cavalo. O soldado teve de puxar a carroça com o outro soldado em cima, enquanto o quartel assistia à cena, às gargalhadas. Na época, a 1.ª Região Militar resolveu pela abertura do Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar a conduta do oficial. O Estadão encontrou o recruta ainda com medo. Não queria falar por telefone, mas tinha consciência de que a situação que colocava Pazuello em evidência também o levaria a ser procurado por jornalistas. “É sobre o general Pazuello?”, questionou Chagas ao atender ao telefonema. Ele tinha receio de contar pelo telefone o que lhe acontecera no quartel há tanto tempo. Naquele dia, ele estava na carroça com o também soldado Celso Tiago da Silva Gonçalves. No Inquérito Policial Militar do caso, o soldado disse que estava com o ombro machucado e por isso “não poderia cumprir a ordem de puxar a carroça”. “Foi prontamente atendido pelo tenente-coronel”, conforme registrou a procuradora-geral militar Maria Ester Henrique Tavares, que decidiu arquivar o caso. O episódio seria um ponto fora da curva na carreira do oficial? O Estadão procurou sua defesa e antigos colegas. Poucos se dispuseram a falar – seu advogado, Zoser Hardman, não respondeu à reportagem. Dois oficiais – um colega de turma e outro que foi seu colega na Brigada – demonstraram restrições à narrativa do “especialista em logística” que levou o oficial à Saúde. Disseram que ele tinha uma fama imerecida, que, se não fosse a “Igreja FE”, não teria recebido o comando da 12.ª Região Militar (Manaus), cargo normalmente reservado aos integrantes das Armas, como infantes e artilheiros, e não a intendentes, como Pazuello. As alegadas humilhações ao soldado não impediram Pazuello de seguir sua carreira. Após o depósito, ele comandou o 20.º Batalhão Logístico da Brigada Paraquedista. E seria mandado à Amazônia para coordenar a Operação Acolhida dos imigrantes venezuelanos. No governo de Jair Bolsonaro viraria ministro da Saúde. A exposição pública poderia lhe garantir a candidatura a um governo estadual ou ao Senado. É que ninguém mais se lembrava do argumento usado pelo tenente-coronel para se livrar do IPM da carroça. Além de dizer que ele tratava os subordinados com “seriedade e dignidade”, a defesa usou depoimentos de outros militares para atestar que Pazuello não quisera impor maus-tratos ao recruta. “Há aspectos pessoais da vida de Pazuello que demonstram sua familiaridade e, sobretudo, amor aos equinos.” Tudo se resolveu assim. Pazuello não quis humilhar o soldado; só orientá-lo “para a preservação da boa saúde dos cavalos de tração utilizados na OM (organização militar)”. Quinze anos depois, promovido a general de divisão, Pazuello se viu de novo diante dos limites da disciplina. O afeto e a obediência a Bolsonaro – “É simples assim: um manda e o outro obedece, mas a gente tem um carinho” – o transformaram em alvo da CPI da Covid. Destaques Expansão territorial – No gabinete instalado no terceiro andar do Palácio do Planalto, em viagens e eventos, os três filhos políticos de Jair Bolsonaro, diante dos olhos dos interlocutores, preferem chamar o pai de presidente. O gesto, que sugere uma separação entre a vida pública e a rotina familiar, se resume a uma mera formalidade. Na prática, o senador Flávio (sem partido), o vereador do Rio Carlos (Republicanos) e o deputado federal Eduardo (PSL-SP) usam o DNA para influenciar a decisão — em assuntos sensíveis — e vêm ampliando o escopo de atuação. Flávio, o principal articulador político da família, já tinha as impressões digitais em nomeações no Judiciário e em ministérios como saúde e Cidadania, e agora ampliou a influência para a Área Econômica, até recentemente blindada por Paulo Guedes. O presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, foi promovido com o aval do senador, que

também atuando na recente troca de comando da Previ. Carlos, por sua vez, retomou o protagonismo na comunicação, enquanto Eduardo voltou a ser ouvido com frequência nas discussões do governo sobre o 5G e, após uma derrota com a saída de Ernesto Araújo do Itamaraty, teve papel decisivo para que o assessor presidencial Filipe Martins não fosse demitido após o episódio em que fez um gesto associado aos supremacistas brancos durante uma audiência no Senado. Na última semana, documentos enviados pelo Palácio do Planalto a CPI da Covid-19 confirmaram a participação de Flávio e Carlos em pelo menos cinco encontros que discutiram o enfrentamento da pandemia do coronavírus. A comissão no Senado investiga a existência de um “gabinete paralelo” que pode ter definido as ações durante a crise de saúde. Uma viagem marcada para a próxima semana reitera como as decisões do governo passam pela família. O ministro das Comunicações, Fábio Faria, parte para os Estados Unidos no próximo sábado para uma série de visitas com o objetivo de discutir a segurança da tecnologia 5G, área de interesse especial da militância bolsonarista. Flávio e Eduardo foram convidados para a comitiva — no caso do senador, outro avanço em temas em que ele não costuma ter participação frequente. O papel de Eduardo no debate foi retomado, e membros do governo avaliam que ele deve ter um peso importante, mesmo que o parlamentar, formalmente, não esteja vinculado à área — assim como não tem atribuição oficial na política externa, mas já foi chamado de “chanceler paralelo” e acompanhou seu pai na semana passada em uma visita ao Equador. Além do convite para a viagem, também partiu do Ministro das Comunicações um abraço para outro filho: em evento no Piauí, ele defendeu a presença de Carlos Bolsonaro no Palácio do Planalto, após senadores da CPI de Covid convocá-lo para depor. — Eles fazem isso porque sabem que Carlos Bolsonaro foi o responsável pela eleição de Jair Bolsonaro. Vamos, Carluxo. Não fique no Rio. Fique do lado do pai, em Brasília — disse Faria. A declaração veio logo após as direções da narrativa do governo terem retornado às mãos de Carlos. Zero Dois nomeou o coronel da Polícia Militar André Costa como o novo Secretário Especial de Comunicação. O órgão está no guarda-chuva da pasta de Faria, mas após a mudança, passou a seguir orientações diretamente do gabinete presidencial. Carlos, apelidado de “Vereador Federal”, também administra as redes sociais de seu pai e é responsável por orientar os membros do chamado “Gabinete do Ódio”, que atua precisamente na internet e mobiliza a militância digital. O todo-poderoso Lira — No momento em que os holofotes apontam para a crise política e as investigações da CPI da Covid no Senado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem feito avançar, sem grandes dificuldades, as pautas econômicas do governo e do Centrão, grupo partidário do qual é um dos principais líderes. Desde que assumiu o comando da Casa, em fevereiro, o deputado vem conseguindo, como um trator, limpar o terreno para a aprovação de uma extensa agenda liberal, em sintonia com as demandas do mercado e do setor produtivo. Lira vem ostentando um capital político que chama a atenção. Apenas em maio, a reforma tributária já teve o relatório finalizado e irá a plenário. Além disso, o parecer da reforma administrativa foi apresentado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e deve avançar nas próximas semanas. A Câmara aprovou, ainda, a Medida Provisória (MP) 1031/21, que permite a desestatização da Eletrobras. No caso dessa última, Lira disse, em uma rede social, que a aprovação na Câmara permite várias reflexões, uma vez que o quórum mínimo foi superado, “em margem contundente e incontestável”, e os votos seriam suficientes até para aprovar uma emenda constitucional. “Isso só comprova que o ambiente para as reformas na Câmara está maduro, sólido e sedimentado”, enfatizou. Bolsonaro: lockdown provocou fome — O presidente Jair Bolsonaro voltou a criticar o que chama de “política do fique em casa” em entrevista à youtuber mirim Esther Castilho. A divulgação da fala do chefe do Planalto sobre as medidas ocorreu em dia marcado por protestos promovidos em diversas cidades do país contra a administração da pandemia da covid-19 pelo governo federal. A postagem não informa quando ocorreu a gravação. Bolsonaro abordou o tema do distanciamento social ao ser perguntado sobre uma ação de distribuição de alimentos pela Companhia de Entrepósitos e Armazéns de São Paulo (Ceagesp) em cidades paulistas. “Aparecida do Norte, por exemplo, sempre viveu do turismo dos peregrinos. Com a política do ‘fique em casa’, do governador (João Doria, do PSDB), a cidade perdeu sua renda. Como consequência, muita gente não tinha mais como ganhar seu pão de cada dia”, afirmou o chefe do Executivo sobre o município, um dos atendidos pela iniciativa. Na sequência, Bolsonaro mencionou outros locais de São Paulo ao exaltar doações da Ceagesp, administrada por Ricardo Nascimento de Mello Araújo, policial militar indicado por ele para o cargo. “Em Araraquara, o prefeito decidiu fechar tudo, até mais do que o governador ainda. Aí a fome se abateu na cidade”, completou. O mandatário destacou as demonstrações de apoio ao governo. “Muito obrigado pela manifestação espontânea feita pelo agronegócio. Tivemos também a dos motociclistas. Isso demonstra a confiança no governo”, enfatizou. Parte do relatório da CPI está praticamente pronta — Senadores do grupo do G7

consideram que a linha dorsal do relatório de Renan Calheiros sobre as responsabilidades pela situação da pandemia no Brasil já está dada: o governo federal poderia ter 64 milhões de doses de vacinas a mais, já no final de 2020 ou em janeiro deste ano, mas optou por não comprá-las, perdendo seu lugar na fila para obtenção de imunizantes. Em segundo lugar, montou um gabinete para assessorar o presidente Jair Bolsonaro em relação a medicamentos que poderiam curar aqueles que, diante da opção pela imunização de rebanho, viessem a contrair a doença. O saldo de tudo isso é um total de mais de 450 mil mortes registradas até agora. A fase dois começa no fim de junho, com a apuração do que foi feito com os recursos enviados a estados e municípios. Aí, o Planalto tentará montar o seu relatório paralelo, tirando o peso da mão de Renan Calheiros sobre o Planalto, e Bolsonaro e colocando nos governadores. O difícil será o governo conseguir fechar esse roteiro dentro dos 90 dias, uma vez que essa parte sequer começou a ser investigada a fundo. E o governo terá outro problema: embora Bolsonaro não queira, os governistas precisarão de mais prazo para concluir essa investigação. A confusão, que já é grande, promete ficar maior. O jogo dos erros das vacinas – Numa live promovida pela Fundação Astrojildo Pereira, o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão elencou os quatro erros do governo federal em relação às vacinas. O pecado original foi o Programa Nacional de Imunização (PNI) não ter chamado o Instituto Bio Manguinhos e o Butantan para montagem de uma estratégia comum voltada à obtenção das vacinas. “Pouco mais de 10% da população com duas doses, pouco mais de 22 milhões de pessoas em cinco meses. Isso é pífio e patético. Bolsonaro atirou no Butantan o ano inteiro, até dezembro.” Além desse erro político, houve a permissão para que as multinacionais fizessem estudos de fase 3 no Brasil sem exigência de prioridade na aquisição das vacinas, de volume e de preço. De quebra, houve, ainda, o atraso no ingresso no Consórcio Covax Facility. Por último, a recusa de ofertas de vacinas. “Passamos a achar normal morrerem duas mil pessoas por dia. É inacreditável”, diz ele. Bolsonaro avisado da resistência a Mendonça – Jair Bolsonaro já foi avisado: existem resistências no Senado à provável indicação do advogado André Mendonça ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ainda assim, o presidente estaria disposto a correr o risco, porque os laços de amizade dele e da primeira-dama Michelle com o atual AGU são fortes, fundidos pelo hábito de orarem juntos. Vale lembrar a promessa: Bolsonaro ficou de indicar alguém “terrivelmente evangélico”. Um dos focos dessa resistência a Mendonça está na Comissão de Constituição e Justiça, comandada por Davi Alcolumbre (DEM-AP). No entorno de Bolsonaro, já há quem defenda um cavalo de pau nos pré-requisitos dos cotados: mais importante do que a opção religiosa, o indicado deve ser alguém com “couro grosso” para suportar o jogo bruto da Corte, por onde passa o futuro do clã e também do governo. Não é bem esse, até onde se sabe, o perfil de André Mendonça. Fazer uso da Lei de Segurança Nacional contra críticos do presidente não ajuda Mendonça no Senado. Alcolumbre é um dos que veem com bons olhos o nome do ex-palaciano Jorge Oliveira, que esteve cotado para a vaga assumida por Kassio Nunes Marques. Para os defensores de Oliveira, ele tem o “couro grosso”. Como a Coluna mostrou, ele vai relatar ao menos um dos casos do tratoração no TCU. A falta de um currículo robusto pesou contra “Jorginho” lá atrás. Agora, ele adquiriu o status de ministro do TCU. No meio jurídico, porém, ainda há restrições ao nome dele. Ainda esperançoso de ser o indicado ao STF, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins, marcou a escolha das vagas de desembargadores no STJ só em agosto. Não precisaria entrar nesse fogo cruzado, se pode ser indicado para o STF em julho, quando Marco Aurélio Mello aposenta. Augusto Aras ainda corre por fora e tem a simpatia de ministros do STF.



Resumo de domingo (30/05/2021)

